



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE  
ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

----- No vinte e cinco de abril de dois mil e dezasseis, teve lugar no Museu Nacional Grão Vasco, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, Comemorativa do XLII Aniversário do 25 de Abril a qual foi presidida pelo Senhor José Manuel Henriques Mota de Faria Presidente da Assembleia Municipal e secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às dez horas e trinta e quatro minutos, tendo-se verificado as faltas do Senhor Adérito Pais Cardoso Presidente da Junta de Orgens (justificada) e do Senhor Custódio Figueiredo Ferreira Presidente da Junta de Ribafeita.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava todos os presentes, um cumprimento especial aos nossos Capitães de Abril, Tenente General Ferreira Amaral, Senhor Coronel Arnaldo Costeira, cumprimentava também o Senhor Dr. Henrique Monteiro que nos honra com a sua presença e por isso, bem-vindo também a Viseu, cumprimentava também o nosso anfitrião Dr. Agostinho Ribeiro, Diretor do Museu Nacional Grão Vasco, que desde a primeira hora também se disponibilizou para receber nesta Casa da Cultura no ano das Comemorações do Centenário deste museu, que tem sido para todos nós um marco cultural na cidade, também na região e no país, pela importância e também pela qualidade dos eventos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara Dr. Almeida Henriques, que tem aqui um ano de ouro no seu Centro Histórico, ele que tem sido e todos reconhecemos isso, uma das suas primeiras, ou das suas principais prioridades. Ter no mesmo ano as Comemorações dos 500 Anos da Misericórdia, e da Sé de Viseu, os 100 Anos do nosso Museu Nacional Grão Vasco e também do Edifício dos Paços do Concelho, penso que é notável, e também uma oportunidade única para consolidarmos a afirmação do nosso Centro Histórico. Cumprimentava os Senhores Membros da Assembleia Municipal, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, cumprimentava o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu, e na sua pessoa cumprimento todos os Senhores Presidentes de Junta e Membros dos Órgãos de Freguesia, cumprimentava o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria nº 14, O Senhor Comandante da GNR, o Senhor Comandante da PSP, o Senhor Tenente Coronel Lúcio autoridade da Proteção Civil, todos os ex-Membros do Executivo Camarário e da Assembleia Municipal, Autoridades Cíveis, Caros Cidadãos, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

A decisão de convocar esta Sessão Extraordinária da Assembleia foi um processo consensual entre todos os Grupos Municipais, bem como, não só, a realização da conferência e também o convite à personalidade que irá intervir. Como esta sessão é extraordinária, e tem só um ponto único, não permitindo por isso todos os requisitos regimentais, foi acordado o seguinte alinhamento: A primeira intervenção será do Sr. Diretor do Museu Grão Vasco, a seguir, haverá intervenções dos Representantes dos Partidos Políticos, depois segue-se a conferência da personalidade convidada, seguindo-se a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e termina com a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal. Assim, convidava o Sr. Diretor do Museu a usar da palavra.-----

----- **UM – O SENHOR DIRETOR DO MUSEU GRÃO VASCO AGOSTINHO PAIVA RIBEIRO:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu,

Excelentíssimos Senhores Vereadores. Eu gostaria de começar desde logo por, do ponto de vista dos cumprimentos protocolares, fazer minhas as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, poupando assim, alguns segundos para proceder a uma pequena e brevíssima intervenção que é essencialmente, para além das boas vindas que evidentemente estão desde logo e em primeira mão associadas, é para nós um agradecimento que vos queria transmitir, e um agradecimento pelas razões poderosas que devem estar a presidir, digamos assim, esta minha breve intervenção. Consideramos, o Museu Nacional Grão Vasco, de facto uma honra e por isso agradecemos a consideração que tiveram no âmbito da cidadania viseense de promoverem a Sessão Solene do 25 de Abril neste espaço de cultura, que é um espaço de todos nós. Isso para nós é extremamente gratificante. Ao comemorarmos os 100 desta magnífica casa, os 100 anos de existência, leva-nos também a perceber ou a interpretar um pouco o sentido unânime dessa mesma cidadania expressa nas diversíssimas representações que do ponto de vista político partidário que aqui se encontram, o PPD/PSD, o Partido Socialista, o CDS, a CDU, o Bloco de Esquerda, e também os Independentes, bem como evidentemente os elementos base deste próprio edifício político e administrativo que são os Senhores Presidentes de Junta, e portanto, a todos estes digníssimos Membros da Assembleia Municipal, eu gostaria de endereçar estes nossos agradecimentos, porque, não é todos os dias evidentemente que uma instituição desta natureza faz, em primeira mão, e desde logo, 100 anos. 100 anos é uma idade de facto estrutural, uma idade importante, significativa, simbolicamente afirmativa, mas, essencialmente depois de um percurso que esta casa fez ao longo destes últimos 100 anos, manifestando-se e afirmando-se como um espaço de referência do ponto de vista da cultura de um território, que é um território também ele, um território de excelência e nesse sentido nos parece ser extremamente importante este grato reconhecimento. Eu devo dizer e queria aqui que transmitir publicamente em nome do Museu Nacional Grão Vasco a nossa enorme honra e orgulho por termos obtido algumas qualificações a acrescentar aquilo que o Museu foi desde sempre e desde a primeira hora. Em primeiro lugar, no ano passado o facto de nos termos alcançado à qualificação, à designação de Museu Nacional, era um ato de inteira justiça e portanto, desse ponto de vista não haja dúvida que se atingiu aquele patamar que do ponto de vista designativo, nominativo é muito importante para a afirmação de um património artístico que é de todos nós conhecido e referencial. Depois, também porque entendemos que este conceito da democracia tem que ter acoplado, digamos assim, em complementaridade ao próprio conceito e aos valores, ação, o verbo democratizar, democratizar as diversas áreas e setores da vida pública evidentemente onde a cultura tem um papel absolutamente fundamental, imprescindível e incontornável, e a democratização da cultura é também em modesto entender uma forma expedita que estas casas, que estas instituições têm para promover exatamente essa cidadania, maior consciência crítica de tudo aquilo que nos envolva e de tudo aquilo que nos rodeia e enganem-se aqueles que pensam que a cultura é apenas uma questão lateral, complementar, uma questão absolutamente secundária para a vida e para a qualidade do cidadão, porque de facto assim não é. A cultura deveria e deve ocupar e temos excelentes exemplos, e um deles é exatamente Viseu, deve ocupar um lugar de centralidade fundamental para a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida de todos os cidadãos. Portanto, evidentemente que o Museu Nacional Grão Vasco não se podia alhear desta circunstância, desta situação, fazendo com que tudo aquilo que programou e promove ao longo deste ano centenário não seja o resultado de um pensamento de um eruditismo, de um elitismo excessivo, de uma singularidade de quem pensa que este será o programa ideal para os outros como se nós fossemos os detentores da verdade, ou fossemos aqueles que tivéssemos..., mas não, antes pelo contrário, foi um trabalho de longa, enfim, de média duração, contactando com os nossos parceiros, com as entidades, com as associações, quantos deles aqui se encontram presentes e a quem também gostaria de transmitir os nossos profundos agradecimentos, e essa cidadania

partilhada também, que é um termo que hoje tanto se utiliza, foi também o nosso percurso no sentido de constituirmos uma Comissão Organizadora, estão aqui alguns desses elementos, uma Comissão de Honra, estão aqui presentes também tantas entidades que as representam, e ir construindo um programa que ao longo do ano de 2016 pudesse ser marco, referência, constante, permanente, para que as pessoas vissem no Museu Nacional Grão Vasco, e em Viseu, de facto, polos, elementos estruturais de grande qualidade e de grande excelência. Por isso é que nós temos um programa diversificado, aproveito esta oportunidade rapidamente para vos falar não só no que já ocorreu, e o que ocorreu no dia 16 de março foi importantíssimo, por todas as razões e mais uma, 16 de março foi o dia da publicação em Diário do Governo. Fizemos uma festa bonita, penso eu, com a participação de todos os nossos parceiros, onde o Município de Viseu é de facto o parceiro institucional de primeira linha, como não podia deixar de ser, e queria aproveitar também esta oportunidade, porque nessa altura foi publicamente apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Almeida Henriques, a concessão digamos assim, da Medalha de Mérito de Ouro Municipal ao Museu Nacional Grão Vasco a quem eu em nome do Museu queria aqui também agora publicamente agradecer porque nos honra muito, nos faz pensar, nos redobra em termos de responsabilidade, mas também nos faz pensar no caminho acertado que temos vindo a trilhar para a afirmação do nosso património artístico baseado nessa figura fundamental que é a figura de Grão Vasco, e é exatamente na envolvimento das obras-mestras, para além do S. Pedro que aqui nos encontramos, é portanto, sob a tutela simbólica de Vasco Fernandes, do grande Mestre da Pintura do Renascimento Português que aqui nos encontramos a celebrar o 25 de Abril. Eu gostaria então, quase, enfim, para terminar, dizer que a perceção que nós hoje temos dos museus, em que eles ultrapassam verdadeiramente o sentido e o significado dos serviços. Começou-se durante alguns anos a esta parte a pensar que estas estruturas, digamos assim, eram meros serviços, ora, nós não podemos confundir as coisas, os museus são serviços, com certeza que sim, porque têm que ter a operacionalidade ao serviço da instituição, mas são mais do que isso, são muito mais, são instituições, e portanto se o considerássemos serviços era a mesma coisa que estarmos a pensar que o Museu Nacional Grão Vasco era uma espécie de uma réplicazinha miniatural no meu entender e modesto, caricatural do Museu Nacional de Arte Antiga por exemplo, para falarmos num Museu referencial. Ora, cada museu tem a sua própria identidade, tem a sua própria linha, tem a sua própria singularidade que a deve destacar de todos os outros, e por isso é que são instituições, instituições permanentes ao serviço da causa pública, e nesse sentido, tudo o que leva à replicação de modelos que não tenham em conta a singularidade e a identidade de cada uma destas instituições, não tem caminho a percorrer porque não vai levar a lado algum, e por isso nós sempre defendemos, sobretudo a classe museológica deste país, em termos e em nome da cultura e do património que é necessário conceder mais autonomia a estas instituições porque são mais do que serviços, são instituições. Não queremos ser de facto essas réplicas, queremos ser tão bons ou melhores dentro do nosso quadro de excelência, que é aquele que nos marca e queremos continuar a ser, na ponderação da singularidade, da identidade própria de sermos o Museu Nacional Grão Vasco em Viseu, com o grande Pintor Viseuense e tudo aquilo que lhe está associado, e é nesse sentido que eu gostaria aqui também de vos referir esse aspeto que me parece extremamente importante da marcação desta singularidade. Finalmente, o 25 de Abril, e no hino à democracia que nós todos os anos celebramos, Senhor Presidente, queria então mais uma vez reiterar esse meu agradecimento profundo por considerarem de facto o Museu como esse espaço também de democracia e esse espaço de liberdade, liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de consideração estética, desde os valores mais profundos do ser humano, associando ao conceito da democracia a tal operacionalização que é o democratizar. Que o 25 de Abril sirva sempre para que a democracia se democratize cada vez mais nos diversos setores, sendo o desejo de um responsável pela área dos museus, que essa democratização

também alcance a realidade museológica nacional, porque Portugal precisa de facto de muitos e bons museus, e devo dizer Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal, que o Museu Nacional Grão Vasco tem em modesto entender cumprido esse seu papel e penso que tem sido orgulho, satisfação de todos nós Viseenses que emprestamos a esta causa, a causa da cultura tudo aquilo que temos de melhor.-----

Bem haja pela vossa consideração, pelo vosso respeito por esta instituição manifestada expressamente nesta Sessão Solene, e desejo que o 25 de Abril seja um 25 de Abril sempre. Bem-haja. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em nome da Assembleia Municipal agradecia as suas amáveis palavras. Muito obrigado, e também é justo reconhecer publicamente todo o trabalho de excelência que Vossa Excelência tem realizado como Diretor deste Museu, que tem também contribuído e muito para a afirmação da Região de Viseu. Bem-haja também por esse trabalho que tem desempenhado. Íamos então, vai usar da palavra, íamos às intervenções dos partidos políticos. Vai usar da palavra a Deputada Municipal Filomena Pires da Coligação Democrática Unitária-----

----- **DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Senhor Diretor do Museu Grão Vasco, Caros Convidados, Exmos Senhores e Senhoras.-----

Celebramos hoje 42 anos de liberdade. Evocamos a noite de todas as esperanças, a aurora que devolveu ao povo português a confiança no presente e no futuro, o dia em que Portugal renascia das cinzas que o assombraram por quase cinquenta anos. Contra todas as marés e correntes saudosistas, a Revolução de 25 de Abril de 1974 é um dos momentos mais importantes da nossa história. Um momento que deve ser lembrado e contado, com todas as peças, aos mais novos e aos menos atentos à importância deste dia, cuja comemoração é um dever de todos os cidadãos. Recordar mais uma vez o derrube do fascismo e a conseqüente conquista da liberdade de expressão, de reunião e de propaganda política, essa que preocupantemente querem pôr em causa no nosso concelho, da plena atividade sindical e do direito à greve dos trabalhadores, a criação do Poder Local Democrático e a eleição direta dos seus órgãos nos concelhos e nas freguesias, o fim da traumatizante e injusta guerra colonial e o início de um novo caminho de desenvolvimento e de relação intensa com os países e os povos do mundo.-----

Honrando o nosso passado recente, lembramos e saudamos a resistência anti-fascista e os valorosos militares de Abril e todos aqueles que lutaram e estiveram com o povo português na conquista dos direitos fundamentais para uma vida digna e plenamente livre. Comemoramos hoje 41 anos sobre as primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal e direto, as eleições para a Assembleia Constituinte. Celebramos também os 40 anos da nossa Constituição. Aquela que consagrou a igualdade de todos os cidadãos, o acesso universal ao trabalho e ao salário, à educação e à cultura, ao apoio social, ao serviço público de saúde, o direito a ser criança com direitos.-----

Citando Maria Velho da Costa, direi sobre a Constituição:-----

“Ainda que não houvéssemos feito mais nada desde o século XVI, erigimos este corpo de leis invulgarmente justas e certas, em nome da vontade popular. A lei democraticamente escrita pelos representantes legítimos de um povo e o rosto que esse povo levanta perante as outras nações. Resplandecente de esperança e dignidade, esta lei há-de fazer-nos maiores do que somos na adversidade e dependência, porque os homens são construídos ou destruídos pelas leis que os obrigam e abrigam. (...) destruir estas tábuas seria destruir algo daquilo em que sempre fomos grandes – a capacidade de inscrever o sonho realizável na memória e no assombro dos outros povos.”-----

Acolhe-nos, para esta celebração, uma casa de cultura centenar, também ela em festa.

Razão para lembrar que entre o muito de abril que falta cumprir, se inscreve a democratização da cultura. O atraso cultural a que o fascismo condenou o país, reclama há muito a prioridade ao investimento e ao desenvolvimento nessa frente, que a política de direita nunca quis realizar. Em todos os indicadores, Portugal anda no fundo. Não há direito de todos à cultura se não existirem efetivas condições materiais para o acesso à fruição e à criação cultural, sem um papel central desempenhado pela responsabilidade do Estado, sem o desenvolvimento de um verdadeiro serviço público nas áreas culturais. É generalizada a situação de precariedade e subemprego que caracteriza o conjunto das profissões intelectuais no nosso país, sendo os números do desemprego absolutamente chocantes. Esta situação não é alheia ao desinvestimento e à privatização, à subordinação das necessidades nacionais de desenvolvimento científico, cultural, artístico, urbanístico, ambiental, educacional, técnico, a uma estratégia de inserção internacional dependente e comandada do exterior. Uma opção política que centrifuga para lá das fronteiras, parte considerável do melhor potencial existente.

E porque os direitos se concretizam e defendem, exercendo-os, concluímos apelando a uma forte participação da população de Viseu nas comemorações populares do 25 de Abril e do 1º de Maio, afirmando o combate à resignação, ao conformismo, às impossibilidades e inevitabilidades, a luta contra as injustiças sociais, o desemprego e a pobreza, a luta pela paz, a amizade e a cooperação com todos os povos do mundo, a luta pela soberania e independência nacionais, a luta pelas realizações e conquistas de Abril, pelos seus valores e projetos.

Que Abril se cumpra, sempre e todos os dias!

Muito obrigada.

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o representante do Bloco de Esquerda, o Deputado Carlos Vieira.

----- TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO

RODRIGUES (BE): Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta (aqui lamentavelmente não há mulheres, dando razão ao alerta que ainda hoje dizia o Senhor Presidente da República dizia de que: “Abril ainda está por cumprir”, este é um dos pontos), Senhor Diretor do Museu Nacional Grão Vasco, nosso ilustre anfitrião, convidados presentes nesta sessão extraordinária, minhas senhoras e meus senhores.

Comemoramos, mais uma vez, o 25 de Abril, o golpe militar que derrubou um regime caduco, anacrónico, violador dos direitos humanos, criminoso e assassino.

Obrigado, mil vezes obrigado, militares de Abril..., incluindo os que foram presos e saneados nos dias e meses posteriores ao golpe de 25 de Novembro. Como canta José Mário Branco (*trauteando*): “Quando a nossa festa se estragou/ E o mês de Novembro se vingou/ Eu olhei p'ra tí/ E então eu entendi/ Foi um sonho lindo que acabou/ houve aqui alguém que se enganou”. (estamos num local de cultura, permito-me esta pequena ...)

Obrigado, mil vezes obrigado, a todos os que lutaram pela liberdade e pela democracia, milhares de militantes abnegados, homens e mulheres de coragem, de ideais de progresso, de emancipação social e política, que arriscaram a liberdade e a própria vida ao afrontarem a ditadura mais longa do século XX.

Honremos também os combatentes dos movimentos de libertação das colónias, cuja justa luta, ao conseguir vitórias militares e políticas, provocou fraturas no exército português, principal esteio do regime fascista, (a par da hierarquia católica, divorciada dos ideais cristãos) e, portanto, foi o factor mais determinante para o eclodir do Movimento das Forças Armadas.

Obrigado aos milhares de desertores e refractários do exército colonial, que colocaram a consciência à frente da obediência, tiveram a coragem de arriscar o exílio sem fim à vista, longe da família e dos amigos, abdicando da continuação dos estudos, muitas vezes



passando fome e dificuldades. Eles ajudaram a desmascarar a mentira da guerra ao serviço da Pátria.-----

E, por fim, obrigado aos portugueses e portuguesas que ousaram transformar o golpe militar libertador do 25 de Abril, num movimento popular radical, num “sonho lindo”, numa revolução democrática com aspirações socialistas, que em pouco mais de ano e meio obteve conquistas sociais tão profundas que ainda hoje as identificamos como o código genético da nossa democracia: (*trauteando*) “A Paz, o Pão, Habitação, Saúde, Educação!”, sintetizadas na canção de Sérgio Godinho. É certo que falta cumprir os versos finais (*trauteando*): “Só há liberdade a sério quando houver/Liberdade de mudar e decidir/quando pertencer ao povo o que o povo produzir, e quando pertencer ao povo o que o povo produzir”. Mas isso ficará para a Revolução a haver.-----

Comemoramos também este ano o 40º. Aniversário da Constituição da República Portuguesa, promulgada a 2 de Abril de 1976, e que entraria em vigor a 25 de Abril desse ano, data em que foi eleita a primeira Assembleia da República. Na Constituição ficaram plasmados todos os preceitos sobre direitos, liberdades e garantias consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (note-se que já não se diz Direitos do Homem, mas Direitos Humanos). No seu preâmbulo é afirmado (e cito) a “decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios fundamentais da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país, mais livre, mais justo e mais fraterno”. Note-se que esta profissão de fé no Socialismo foi aprovada com os votos favoráveis do PS de Mário Soares, do PPD de Sá Carneiro, do PCP de Cunhal, do MDP de Tengarrinha e da UDP do Padre Max, assassinado à bomba, juntamente com Maria de Lurdes, pelos terroristas do MDLP de Spínola, a 2 de Abril de 1976, simbolicamente no dia em que era aprovada a Constituição de Abril; só o CDS de Freitas do Amaral votou contra a Constituição de 1976.-----

As formulações de cariz socialista da Constituição de 76 depressa foram sendo apagadas pela voragem de recuperação capitalista dos grandes grupos económicos que haviam enriquecido à sombra do protecionismo da ditadura. O socialismo acabou por ser metido na gaveta. Paulatinamente, ao longo de sete revisões que lhe reduziram o articulado a apenas 10% do original, a Constituição foi sendo sujeita a obras de “remodelação” que lhe danificaram os “frescos” social-democratas e o “cromatismo” igualitário, como ao transformar o acesso gratuito ao Serviço Nacional de Saúde em “tendencialmente gratuito”. Em consequência, as taxas moderadoras têm provocado casos graves de exclusão do Serviço Nacional de Saúde, da mesma forma que as propinas criaram um dique à igualdade de acesso ao ensino superior.-----

Hoje, graças ao acordo entre os partidos de esquerda e o governo do PS, foram abolidas inúmeras taxas moderadoras para utentes do Serviço Nacional de Saúde; as pensões foram descongeladas e aumentadas, o salário mínimo, o abono de família, o Complemento Solidário para Idosos, o Rendimento Social de Inserção, restaurou-se a cláusula de salvaguarda do IMI; e por proposta do Bloco a Tarifa Social de Energia passou a ter acesso automático para um milhão de pessoas. Os impostos sobre o trabalho diminuem em 430 milhões. A “Geringonça de Abril“, como lhe chamou o Sr. Deputado Pedro Alves, aí está a navegar contra ventos e marés. (*trauteando*): “Maré Alta/ A liberdade está a passar por aqui!”-----

Mas a Constituição ainda resiste ao revanchismo de certos neo-liberais que gostariam de revogar o artigo 58º, que consagra que “todos têm Direito ao Trabalho” e incumbe ao Estado “promover a execução de políticas de pleno emprego”; ou o artigo 65º que incumbe ao Estado, em colaboração com as autarquias locais, promover a construção de habitações económicas e sociais. No fundo, o que os defensores de uma nova revisão constitucional pretendem é acabar com o Estado Social e abrir caminho para a privatização total das

funções sociais do Estado, na Segurança Social, na Saúde e no Ensino, com o Estado a financiar com o dinheiro dos nossos impostos, os negócios de escolas e hospitais privados, como já é patente um pouco por todo o país, incluindo em Viseu.-----

Foi graças aos princípios da igualdade e da universalidade consagrados na Constituição da República que puderam ser chumbados pelo Tribunal Constitucional os cortes nos salários, subsídios e pensões decretados por quem se revelou implacável para com os mais fracos e fraco e submisso perante os fanáticos da austeridade e do empobrecimento e tolerante com os privilégios e desmandos dos “donos disto tudo”.-----

Hoje, defender o 25 de Abril passa por defender a Constituição da República, com os seus direitos, deveres e garantias, e a organização do poder político, a começar pelo Poder Local democrático, o que mais perto se encontra das populações que nos elegeram para os representarmos nesta autarquia. Mas não esqueçamos que a Democracia Representativa, que defronta a nível global uma crise de legitimidade, por ter cedido ao poder financeiro, que como disse o Papa Francisco é “mau e injusto”, só não dará lugar a governos autoritários e ditatoriais se soubermos abrir cada vez mais espaço à Democracia Participativa, à participação de todas as cidadãs (e creio que os homens aqui presentes não se sentiriam representados nesta expressão, se eu não acrescentasse) e cidadãos, nas decisões e gestão da “Res Publica”, a começar pelo nível autárquico, promovendo novas formas de gestão coletiva dos recursos comuns.-----

Num mundo em rotação acelerada para o desastre do nosso planeta devido às alterações climáticas provocadas pelo aquecimento global decorrente das emissões de gases com efeito de estufa, com a extinção de metade das espécies marinhas nos últimos 100 anos, enquanto mais de metade da riqueza mundial passou a ficar concentrada, já este ano, em apenas 1% da população; com os EUA a cheirar a Trump..., a UE a assinar um acordo com a Turquia, país que não respeita os direitos humanos, para, a troco de 6 mil milhões de euros, fazer o trabalho sujo de repatriar refugiados, o que já mereceu o repúdio da ONU, da ACNUR, dos Médicos Sem Fronteiras e de todas as organizações de defesa dos Direitos Humanos; com a extrema-direita racista e xenófoba, e nalguns casos até assumidamente fascista, a tomar posições em governos e parlamentos europeus, a recordar-nos os alertas de Rob Rieman sobre “O Eterno Retorno do Fascismo”, ao menos Minhas Senhoras e Meus senhores, ao menos que nós, neste retângulo à beira mar plantado, saibamos manter a dignidade conquistada com o 25 de Abril.-----

*(trauteando):* “Nunca mais te hás-de calar/ó Zeca”: *(trauteando)* “Quando a corja topa da janela/, o que faz falta/ Se o fascista conspira na sombra/, o que faz falta/ O que faz falta / é avisar a malta/ o que faz falta/O que faz falta/ *(de punho no ar)* é dar poder à malta! / O que faz falta!”.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado em representação do Centro Democrático Social, CDS, Carlos Cunha.-----

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Permita-me, depois desta performance musical, fica sempre complicado discursar a seguir, mas eu prometo que vou tentar fazer o melhor. Permita-me inverter a ordem dos cumprimentos, começar por cumprimentar o nosso anfitrião Dr. Agostinho Ribeiro, agradecer-lhe o facto de nos ter recebido nesta magnífica instituição que está a comemorar os 100 anos da sua existência. Cumprimentar agora o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu que á pouco nos recebeu, Senhor Comandante Distrital da GNR de Viseu, Senhor Comandante Territorial da PSP de Viseu, uma saudação também especial ao Senhor

Comandante da Proteção Civil e também aos Senhores Capitães de Abril, Comunicação Social, Público aqui presente, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Excelentíssimo Senhor Diretor do Museu Nacional de Grão Vasco permita-me a deferência de o saudar pessoalmente pela magnífica iniciativa de se ter associado, no ano do centenário da fundação do nosso Museu, às comemorações do 25 de Abril promovidas pela Assembleia Municipal e Autarquia viseenses.-----

Aqui estamos mais um ano, para celebrarmos o quadragésimo segundo aniversário do 25 de Abril e também da Constituição de 1976, que entrou em vigor neste dia, mas há quase quarenta anos atrás, data em que se realizaram também as primeiras eleições democráticas para a Assembleia da República em Portugal, que registaram uma das mais elevadas taxa de participação de sempre. Estas eleições assinalaram também o fim do governo de salvação nacional. Cerca de cinco meses antes terminara também o PREC (Processo Revolucionário em Curso), no qual Portugal viveu, a seguir à revolução, tempos conturbados de enorme agitação política, social e militar em que era difícil ser-se de Direita. Por isso, custa-me compreender porque é que hoje ainda existem tantos portugueses e portuguesas que teimam em abster-se de exercer livremente o seu direito de voto.-----

Hoje, é quase da praxe perguntar-se onde estava na Revolução do 25 de Abril. Ainda à bocadinho ouvi essa questão. A minha resposta é simples: tinha apenas dois anos, por isso, tenho a felicidade de dizer que passei a minha infância, adolescência e idade adulta, em democracia, pelo que terei de agradecer sempre aos Capitães de Abril a magnífica possibilidade que me concederam de poder viver em Liberdade. Graças a eles posso pensar, expressar-me, fazer parte de associações, partidos políticos, ler o que me apetece, escrever, fazer as minhas escolhas num país livre e democrático, no fundo a condição principal para se ser um cidadão de pleno direito.-----

Como diz Pessoa *o homem é um ser instintivo, mas é a inteligência que o define*. Mas esta definição só fica completa se lhe acrescentarmos a humanidade, os valores, a capacidade de sentir e de amar. Se os capitães de Abril não amassem a Liberdade e se não colocassem o interesse coletivo acima das motivações pessoais não estaríamos certamente hoje aqui reunidos a celebrar o 25 de Abril de 74.-----

No entanto, há quem considere que governar é seguir a opinião pública, talvez este seja o caminho mais curto e fácil para se ganharem eleições. Sobre esta matéria vale a pena citar, uma vez mais, a clarividência de Pessoa para *quem só é bom governante aquele que sabe interpretar a opinião pública, devendo a sua ação pautar-se por uma coesão entre governantes e governados*. Deste modo, quem governa jamais poderá perder o contacto instintivo com a massa do povo, ao invés de se refugiar no conforto dos gabinetes, escudados na vaidade da prática de um poder político que é efémero. Nunca se deveria perder de vista que a transitoriedade faz parte da condição humana e o voto é uma conquista soberana da Democracia.-----

Desde o 25 de Abril até hoje, alcançaram-se grandes conquistas civilizacionais entre outras cito: a erradicação em Portugal do analfabetismo, e a quase extinção da taxa de nados-mortos. Portugal é, presentemente, um dos 11 países a nível mundial com menor taxa de nados-mortos. Morrem apenas 2 bebés por cada mil nascimentos, o que diz bem da excelência dos nossos serviços de saúde.-----

No entanto, temos um Portugal assimétrico com um Litoral fortemente povoado e um Interior cada vez mais despovoado, velho e empobrecido, ao qual são subtraídos, ano após ano, serviços públicos.-----

Nas aldeias do nosso concelho, houve nos últimos vinte anos um grande investimento público, que não pode ser abandonado, desperdiçado nem deixado ao acaso. As aldeias mais afastadas da cidade são fantásticas, mas estão quase sem população jovem, não havendo uma necessária e desejável renovação geracional.-----



Fala-se muito em coesão territorial, mas pouco se faz para além de um punhado de boas intenções. O Interior continua a esvaziar-se, alimentando a emigração ou fugindo para as cidades, porém se esta tendência não for contrariada corremos o risco de algumas aldeias das nossas freguesias, daqui a 20 anos, terem pouco mais de um punhado de residentes, torças de caule retilíneo, teimosamente orgulhosas na sua resiliência.-----

O Interior é um magnífico espaço para se viver, tem paisagens de cortar a respiração pela sua beleza singular, boas terras para o desenvolvimento da agricultura, da agropecuária, para o cultivo de hortícolas, plantas de ornamentação, medicinais, ervas aromáticas, excelente gastronomia e vinho. Para além disso, é um local seguro, longe, felizmente, da atenção dos terroristas, que vão dizimando inocentes em algumas das principais capitais europeias.-----

Gostaria de terminar a minha intervenção citando e não cantando, porque não tenho voz para isso, o poema Conquista de Miguel Torga, para mim, o mais ilustre defensor da interioridade portuguesa.-----

-----Livre não sou, que nem a própria vida-----

-----Mo consente.-----

-----Mas a minha aguerrida teimosia-----

-----É quebrar dia a dia-----

-----Um grilhão da corrente-----

-----

-----Livre não sou, mas quero a liberdade.-----

-----Trago-a dentro de mim como um destino.-----

-----E vão lá desdizer o sonho do menino-----

-----Que se afogou e flutua-----

-----Entre nenúfares de serenidade-----

-----Depois de ter a lua!-----

-----

-----Viva Viseu-----

-----Viva a Liberdade-----

-----Viva sempre Portugal-----

-----

Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o representante do Partido Socialista, o Deputado Pedro Baila Antunes.-----

----- CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): “Em cada rosto, igualdade“! Bom Dia a Todos!-----

Apenas dois cumprimentos especiais, enquadrando e venerando o Tempo e o Espaço: Neste Dia, uma vénia especial, sentida e não protocolar aos Militares de Abril aqui presentes.-----

Neste Lugar, uma saudação ao Sr. Dr. Agostinho Ribeiro, Diretor do Museu Nacional, Nacional, de Grão Vasco. Que aqui bem alto, na distinta Acrópole de Viseu, expõe um dos maiores símbolos do renascimento em Portugal, certamente o maior artisticamente.-----

Já nesse Tempo, como no que hoje aqui evocamos - Abril de 74 - se exaltavam os ideais do humanismo, pregando a liberdade do indivíduo, orientado pela razão e pela vontade, desfazendo padrões, recriando uma nova forma de viver conscientemente escolhida / de escolher em consciência.-----

Só a existência de indivíduos livres estimula o espírito humano!-----

Ex.mos, Todos...-----

Com razão e paixão vociferante é imprescindível, continuamente, vincar para as novas gerações o que foi o regime fascista. Como diz o filósofo José Gil, nos Portugueses, a miúdo, verifica-se o fenómeno da não inscrição. E, veja-se lá, num qualquer concurso da TV, salazar foi eleito "o maior português de sempre".-----

É preciso não esquecer para não voltar a acontecer!-----

- ditadura; autoritarismo; obscurantismo; opressão; alienação; censura (a medo se escrevia, a medo se falava);-----
- perseguição; polícia política, prisões políticas; tribunais plenários; crimes políticos; medidas de segurança;-----
- Tortura. A tortura do sono, da estátua, os desnudamentos, a frigideira do Tarrafal. Tortura medicamente assistida, cinismo absoluto, assegurando a continuidade de tortura e evitando mortes incómodas para o regime;-----
- interdição do direito à greve; direito de voto não universal;-----
- colonização, 13 anos de guerra, 8290 mortos, 30 mil deficientes, 140 mil combatentes com “stress de guerra”;-----
- caridade; diferenciação social; analfabetismo.-----

...Em cada rosto desigualdade...-----

Escrevi estas palavras a vermelho e ainda assim não consegui adjectivar o dito Estado Novo... Já agora mais uma: salazar, que rascunho com minúsculas e o posso dizer a todos...-----

Entretanto, finalmente e antes do adeus, escutou-se a Grândola!-----

Há uma musicalidade – e até nem é uma música – que me toca desde criança no âmago do peito. Não sei explicar. Ou até sei! É o andamento no saibro, o marchar no saibro com Grândola-eloquência que, lento, compassado e convicto, se tornou força de libertação. Da Parada da Escola Prática de Cavalaria ao Quartel do Carmo, o movimento das Forças Armadas foi libertando o Povo do estado e do Estado a que tínhamos chegado. Comandado por ele, SALGUEIRO MAIA. SALGUEIRO MAIA que escrevo em letras maiúsculas, sublinhadas e a bold.-----

A primeira letra do alfabeto do 25 de Abril é, certamente, o “L”, e com o “L” vem o “D” ou os 3 ilustres “D’s” basilares para a Liberdade. De “A a Z” muitas “letras...” foram finalmente escritas e livremente clamadas em Portugal. Outras letras não foram cumpridas, outras têm vindo a ser “desaprendidas...” ou até são ameaça!-----

Continuando no “D”, poderia até falar da Demografia, ou da Depressão Demográfica, uma das maiores ameaças de que padece Portugal, também poderia, mas não vou, falar do Défice, e da Dívida (!), mas, em Abril, vou discorrer sobre a Desvalorização do Trabalho, sobre a Desigualdade de Rendimentos.-----

Os Tempos de hoje, exigem uma agitação de consciência, mesmo, ou sobretudo..., em momentos celebrativos, até porque o espírito de abril exige que estejamos bem despertos. Em Portugal, Abril abriu as portas da civilização europeia do pós II Guerra Mundial e beneficiou assim tarde dos “Gloriosos Trinta Anos” na Europa,-----

Um Ocidente pacificado, “centro do Mundo”, conjugando democracia e capitalismo (...económico...), industrializado, baseado no real, em recursos naturais / matérias-primas, com energia acessível, com grande desenvolvimento científico-tecnológico. Germinou até a crença num crescimento económico eterno, nesta época de aumento considerável de consumo, criação e desenvolvimento do estado-providência, ampliação da qualidade de vida, significativa mobilidade social ascendente e dignificação do trabalho.---

Portugal, porque beneficiou tarde, beneficiou pouco, começou a beneficiar quando precisamente várias circunstâncias, económicas, ambientais, políticas e ideológicas começavam a pôr um fim a este período.-----

Em meados dos anos 80, despontava o capitalismo financeiro, o livre funcionamento dos mercados (tecendo-se um enredo abstrato de ricos investidores), o primado do indivíduo em detrimento da sociedade, a desvalorização do trabalho. A predominância deste capitalismo contemporâneo focado na rentabilidade máxima e no curto espaço de tempo possível. Apenas o valor/ a rentabilidade para os acionistas e os gestores de topo interessa.-

Hoje o capitalismo financeiro, ao serviço não da sociedade, mas de uma minoria muito

minoría, está verdadeiramente arguto e subtil, reproduzindo simplesmente dinheiro, não na economia real, na produção, mas na vacuidade insustentável de engenharias financeiras, dos créditos, derivados, ativos tóxicos ou menos tóxicos, *offshores* e outros, vamos lhe chamar...(!): *bypasses*.....

É um capitalismo sem paciência para tudo que demore tempo, para investimentos produtivos, para projetos produtivos inovadores, para I&D. É um capitalismo arrogante para todos aqueles que ameacem a sua rentabilidade: os trabalhadores, que são entendidos como um instrumento de trabalho e o seu salário um mero custo de produção. Os sintomas de desigualdade económica crescente estão aí à evidência.....

Os estados e as instituições financeiras, condicionados na decisão política, reféns dos mercados financeiros, acabam por estar dependentes e induzem esta financeirização da economia.....

Em Portugal, recentemente, tivemos um período de governação paradigmática destas políticas, tendo sido para o efeito suportada pelas instituições europeias e pelo FMI que sempre apreciaram a “lealdade com que o governo cumpriu as funções que lhe foram confiadas”.....

Nos últimos anos, no nosso país, o peso dos rendimentos do trabalho no rendimento total desceu acentuadamente, tendo hoje um valor menor do que nos EUA, um país de tradição anglo-saxónica, mais liberalizante. Em muito contribuiu a política de desvalorização interna seguida, em que o salário foi visto apenas como um mero custo de produção e não uma componente de rendimento.....

E o desemprego, e o pensar-se que era um problema de responsabilidade individual e uma “oportunidade para mudar de vida”, e o corte nos subsídios de desemprego, e a redução da proteção do emprego, e as restrições na contratação coletiva, a precarização dos contratos de trabalho... Do “D” da Dignificação do trabalho passámos em poucos anos para o “D” da Desvalorização do trabalho, de quem trabalha ou quer trabalhar.....

Todo este cenário a par das tecnologias de substituição de mão-de-obra, da globalização, do comércio livre, da deslocalização das indústrias para países com *dumpings* sociais, regulamentares, ambientais e políticos. Não falando da taxa de natalidade e do envelhecimento populacional.....

Este anátema ameaça seriamente a nossa democracia. Hoje, para onde caminham os pilares da civilização ocidental, mormente europeia, que as portas que Abril de 1974 abriram em Portugal? O Estado Social, a qualidade de vida, o nosso ideal da igualdade de oportunidade, a dignificação do trabalho?.....

Em Portugal, parece desabrochar uma semente de esperança!.....  
Ex.mos, Todos.....

O dinheiro pelo dinheiro, a sobrevalorização dos investimentos financeiros em detrimento dos investimentos produtivos, e entender-se o salário apenas como um custo de produção são duas realidades atuais que promovem a desigualdade de rendimentos e põem em causa as capacidades produtivas e a criação e a distribuição de riqueza por todos.....

O Espírito de Abril exige que estejamos bem acordados, que tenhamos consciência do que tudo isto significa para o nosso futuro coletivo.....

Faz sentido aqui, convocar o sociólogo polaco Zygmunt Bauman. Nesta Modernidade Líquida, vivemos tempos de efemeridade, imediatistas e mediatistas, demasiado imateriais, certamente pouco maturados, sem estratégia de longo prazo, de eventos e ações descartáveis, de informação em vez de conhecimento, muito menos sabedoria, tempos *light*, em que a forma, o anúncio, parecem mais relevantes que o conteúdo.....

A política parece ter ido atrás deste Espírito do Tempo.....

Precavendo uma qualquer revolução – de espírito reverso ao 25 de Abril - ou mesmo um cataclismo político e socioeconómico, a Política, neste tempo de ciclone, deve assentar a borra. É necessário refletir antes de agir. Sem dogmas ou pruridos, pragmaticamente, as

velhas ideologias - saídas da segunda metade do séc. XX - têm de se reformatar aos Novos Tempos.-----

Em consonância com a matriz fundadora da União Europeia, da Civilização Ocidental Moderna e do espírito do 25 de Abril, temos de almejar um capitalismo para todos, sustentável, económico, ambiental e social. Redistributivo!-----

No ápice da minha intervenção – qual raiz do 25 de abril – de chofre, relembro alguns princípios e valores inquestionáveis que têm de ser bem proclamados e, acima de tudo, constantemente nutridos:-----

Democracia; republicanismo; ética; parlamentarismo; progressividade; valorização do poder local; coesão territorial; pluralismo político-partidário; participação cívica; cidadania; individualidade (não confundir com individualismo); igualdade de capacidades e de oportunidades (não confundir com igualitarismo); valores e direitos sociais; direitos laborais; defesa do meio ambiente; criatividade; educação e ciência; justiça e saúde para todos. E... repetir sempre... sempre...-----

hoje, 25 de Abril, e todos os dias:-----

Liberdade, liberdade... liberdade!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata, o Deputado Pedro Alves.-----

----- **SEIS – O SENHOR PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Presidentes das Juntas de Freguesia, Caras Amigas e Caros Amigos. Novamente Abril.-----

Celebra-se hoje mais um aniversário de um acontecimento histórico, marcante para quem o viveu e protagonizou, inspirador para todos aqueles que como eu, dele beneficiaram. É um marco importante na nossa história coletiva que pôs fim a uma ditadura, a um regime político que não respeitava direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sem ofensa para as cidadãs, em que o voto de cada um era escrutinado uma espécie de encenação que configurava uma fraude. Agradecemos hoje e uma vez mais a todos os protagonistas anónimos, em especial aos jovens militares que se insurgiram contra um regime totalitário para quer fosse possível construir um país livre e democrático e uma sociedade ativa e mais aberta, capaz de assumir as suas responsabilidades com o futuro. Os 42 anos passados que hoje celebramos, eram um futuro incerto em 1974. Há 42 anos Abril adquiria múltiplos significados e tudo era esperança. Após a Revolução houve mudanças e conquistas imediatas, a Liberdade de Expressão recentemente atacada e silenciosamente ignorada e a de manifestação. Conquistou-se a Paz assistiu-se ao nascimento de novos países e ao reconhecimento de Portugal pelas organizações internacionais. A escola passou a ser para todos, assistiu-se ao nascimento do Serviço Nacional de Saúde, o Poder Local emancipou-se, aderimos à União Europeia e entrámos no Euro, em suma, fizemos a Democracia acontecer. Se a Democracia nasceu com o derrube da ditadura, o sistema político que ainda vigora, nasceu com a aprovação da Constituição da República a 2 de abril de 1976. Celebra-se assim, este ano, os 40 anos do ato fundador do nosso sistema político democrático. Hoje, a Constituição em vigor muito pouco tem do texto de 1976, as sucessivas revisões, (já foram 7) permitiram que se tornasse mais flexível e ajustada aos desafios de integração no mundo plural e global e às opções e aspirações da maioria dos portugueses. Passado todo este tempo é legítimo questionar-se sobre o que possa ter corrido mal nestes 40 anos pós Constituição. Como é que nas revisões efetuadas não se impediu que se repetissem os mesmos erros de governança que conduziram o país a graves desequilíbrios nas contas públicas, com as consequências sociais e económicas que daí derivaram. Se a Constituição serve para proteger os cidadãos nos Direitos Liberdades e Garantias, porque não os protege também do aventureirismo irresponsável de alguns governantes? Acabámos de sair recentemente de um desses períodos e sentimos a

severidade das medidas resultantes da assinatura do memorando de entendimento com a *troika*. Se na sua génese não era anticonstitucional, na sua aplicação essa prerrogativa nem sempre foi clara. Entre muitas coisas boas que a Revolução nos trouxe, o não estarmos sozinhos é uma delas. Somos um país livre que optou por não viver isolado e aceitou conviver com as regras da União Europeia e da moeda única. Se hoje beneficiamos de um apreciável desenvolvimento económico e social, muito se deve ao apoio recebido da Europa. Por muitos que alguns lamentem esta integração, basta olharmos para este magnífico espaço onde nos encontramos para constatar que os fundos comunitários quando bem aplicados são decisivos na coesão social e territorial. Ao referir aplicação do memorando não quero promover ou sequer insinuar a necessidade de uma captura constitucional pela austeridade que nos foi imposta num momento excecional, antes procurar alertar para a necessidade de se enquadrar no tempo e na realidade social em que vivemos e em que projetamos o futuro, a intergeracionalidade constitucional, dito de outra forma, a justiça intergeracional. A salvaguarda de Direitos Fundamentais nomeadamente os sociais na Constituição não os faz absolutos, como diria Sá Carneiro, *“pouco importa às pessoas saberem que têm direitos reconhecidos em princípios se o exercício deles lhes é negado na prática”*. Hoje estamos nesta encruzilhada, saber o país que temos, saber o país que queremos e reconhecer aquilo que no país podemos e conseguimos ter. O diagnóstico há muito tempo que está feito, podíamos até dissertar aqui sobre um conjunto de desigualdades nomeadamente entre o interior e o litoral e reivindicar um conjunto de infraestruturas que faltam para melhorar a coesão social e territorial. Não secundarizando estas reivindicações o que nos deve preocupar neste momento é outro tipo de decisões. O País são as pessoas, e sem pessoas não há Nação. Temos um sério problema de natalidade, um aumento da esperança média de vida que a prazo colocarão a sustentabilidade do Estado Social como o conhecemos. O que fazer então? Falar verdade, construir consensos como se diz agora por aí, e implementar reformas, e isto até parece fácil, melhor, deveria ser fácil, no entanto, há um novo tempo político a experimentar, um tempo em que se escolheu a maioria mais pequena para governar, logo o consenso mais pequeno para concretizar. Um tempo de uma solução governativa estável, duradoura e credível, que decretou oficialmente o fim da austeridade, um tempo em que o oportunismo tático substituiu o estadismo. Por isso, há quem agora olhe o futuro de duas formas diferentes: Primeiro porque o futuro não é o presente, e nós vivemos no presente. Segundo, porque em certa medida, o futuro é dos outros, e como diz o povo: Quem vier depois... (o resto já vocês conhecem). O difícil período que vivemos, os sacrifícios que fizemos, os resultados positivos alcançados não podem esgotar-se num exercício democrático cingido ao aqui e ao agora. Temos que ter a capacidade para olhar o futuro, e de o antever, ou será que temos mais direitos do que os nossos descendentes? O novo ciclo que vivemos está unicamente focado nos processos. Focar-se nos processos e não em projetos, é ceder ao imediatismo e ao populismo, um populismo demagógico, um populismo retrógrado e igualitarista, um populismo tacticista que não é mais do que uma lengalenga para iludir os cidadãos. Sabemos que a política é um lugar de oportunidades, e este novo ciclo, caso não se inverta a trajetória, poderá ser uma oportunidade perdida.----- Sabemos que todas as decisões acarretam grandes riscos e se procuramos consensos genuínos, é fundamental que se perceba que há vontade de se estabelecer verdadeiros contratos sociais entre os partidos políticos e as pessoas, para isso, é preciso clareza nas propostas, não pode haver incongruências, não poder haver lengalengas. Hoje os portugueses têm plena consciência do seu direito de escolher e não querem viver em sobressalto ou em insegurança, precisam de previsibilidade e não gostam do provisório. Mas hoje é Abril. Como já tive oportunidade de referir, o presente que hoje vivemos, já foi o futuro incerto de Abril de 1974. Durante estes anos, consolidámos a Democracia e a República, cometemos erros é certo, mas melhorámos a vida dos portugueses. Conscientes desses erros e dos perigos, temos que envolver toda a sociedade civil no processo de



mudança que se impõe. É preciso inovar, e romper com mentalidades enraizadas. O nosso maior desafio é fazer *lobby* pelo futuro. Um futuro em que possamos encontrar um estado moderno, inevitavelmente social mas sustentável. Um modelo que devolva a pessoa ao centro da finalidade da atividade política, que acredite na sua criatividade e iniciativa, que respeite a diversidade e que permita que Portugal seja um ponto de encontro de povos, credos e Culturas. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. De seguida vamos ter uma conferência subordinada ao tema Cultura e Democracia, para a qual a Assembleia Municipal endereçou o convite a uma personalidade com raízes na região, Dr. Henrique Monteiro, um distinto jornalista, que fez um percurso profissional exemplar num jornal de referência no qual foi Diretor do Expresso. É difícil resumir um curriculum tão rico e diversificado, revelador de uma vida intensa dedicada ao jornalismo. Dr. Henrique Manuel Baptista da Costa Monteiro é jornalista profissional desde 79 tendo sido sucessivamente Redator Principal, Editor, Subdiretor e Diretor do Jornal Expresso, onde mantém uma crónica e comentários políticos, sendo atualmente Diretor Geral Adjunto de Informação do Grupo Impresa. É também Comentarista na SIC Notícias e na Rádio Renascença, Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo vários obras e ensaios publicados. Das inúmeras conferências realizadas, destacava as conferências sobre o Escritor Aquilino Ribeiro. Das obras que publicou, não posso deixar de referir As Cartas Abertas Espólio do Comendador Marques de Correia, crónicas de humor, mas que nos dão a conhecer um homem com grande independência de pensamento e um agitador, (no bom sentido) em momentos de anestesia cívica. Após esta apresentação sumária, dava a palavra ao nosso Conferencista o Dr. Henrique Monteiro a quem mais uma vez agradeço toda a disponibilidade para estar aqui connosco. Obrigado.-----

----- **SETE – O SENHOR DOUTOR HENRIQUE MANUEL BAPTISTA DA COSTA MONTEIRO:** Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Dr. Mota Faria a quem aproveito para cumprimentar, assim como a ilustre Mesa recordando que no meu curriculum esqueceu uma parte substancial que é o ser colaborador do Jornal do Centro cuja propriedade é de um ilustre Membro da Mesa que está ao seu lado. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu Dr. Almeida Henriques, permita que lhe diga meu querido amigo, porque é verdade, há muitos anos, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e em particularmente aqueles que em seu nome falaram e até cantaram, o que também foi interessante, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Senhor Diretor do Museu Nacional Grão Vasco, Dr. Agostinho Paiva Ribeiro, (meu ilustre colega, não de curso porque é de Coimbra e eu sou de Lisboa), Senhores Militares de Abril, por causa de quem aqui estamos hoje, restantes Autoridades Militares e Cívicas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Eu tenho em primeiro lugar dizer que é uma honra para mim estar aqui, honra que agradeço aos promotores, à Assembleia Municipal de Viseu. E é uma enorme honra por três motivos:-----

Pela data que comemoramos, pela cidade e pelo local em que o fazemos, e pelos muitos amigos que aqui me acompanham.-----

A carga simbólica destes três motivos faz aumentar exponencialmente a responsabilidade de aqui estar e o desejo ansioso de não vos desiludir.-----

A data foi para mim e para a minha família, toda a minha família, uma das maiores alegrias que cada um de nós teve na vida. Eu tinha estado preso numa manifestação contra a guerra colonial poucos meses antes, o meu avô tinha estado preso, o meu pai tinha estado preso, o meu tio tinha estado preso, a minha família no geral era conhecida lá da PIDE, e portanto, tivemos todos uma enorme alegria. Acontece que a minha família, toda ela, é deste distrito. O meu pai nasceu ali em baixo na Rua da Paz, a família dele que é a família Monteiro, meu último nome também, viveu aqui pelo menos desde o meu

bisavô, que foi responsável do Governo Civil desta cidade na I República. O meu tio e padrinho Álvaro Monteiro foi constituinte e deputado pelo Partido Socialista vivia na casa onde hoje vivem dois ex-deputados municipais, o Dr. Manuel Sá Correia, e a Professora Dra. Maria José Sá Correia, que aliás é minha prima e eu, nunca os chamei assim, mas sempre Manel e Zé como é óbvio, e onde ainda hoje nós temos serões e noites de aberto debate político, e não só, muito animados.-----

Já do lado da minha mãe são todos do Concelho de Vila Nova de Paiva, o que também faz fronteira aqui com este concelho. É dali, entre Pendilhe e Vila Cova à Coelheira, e portanto, posso dizer que todos os meus avós são originários, curiosamente do concelho de Vila Nova de Paiva, uma vez que o meu bisavô e o meu avô também eram de lá, e eram de uma terra pequena, uma aldeia, dos Alhais, onde foi batizado o Aquilino Ribeiro, que por acaso também era da minha família, sendo eu já familiar afastado dele, mas eu pelo menos penso que, se não herdei mais qualidade nenhuma, herdei a teimosia granítica que ele tinha. Também sou teimoso como as Terras do Demo sabem ser.-----

Esta cidade é pois onde me sinto em casa, mais do que em Lisboa onde eu nasci, mas toda a gente em Lisboa diz que eu sou de Viseu, e eu com orgulho deixo-os dizer, embora tenha lá nascido na capital, que é a terra dos sem terra. E os amigos que por aqui fiz, alguns desde tenra idade, outros mais recentemente, são daqueles a que podemos sempre pedir auxílio em momentos de aflição. São amigos do peito, de todas as horas, mesmo quando passamos meses sem nos vermos.-----

Resta-me uma palavra de homenagem a este museu que comemora o seu centenário e já agora para este conjunto histórico que forma com a Sé, lugar por excelência de cultura, e que por inteira justiça viu o museu ser incluído como museu nacional há pouco mais de um ano. Na verdade, e cá para mim, o Museu Grão Vasco já era um Museu Nacional, sobretudo depois da magnífica intervenção de que foi objeto pelo arquiteto Souto Moura, há cerca de 15 anos, o Estado central é que só deu por isso o ano passado.-----

Ora, pediram-me V.Exas. para falar sobre Cultura e Democracia e é o que vou fazer, dentro das minhas possibilidades. Mas, isso implica que ontologicamente se tenha de se perceber o que é a cultura e o que é a democracia e isto não é tão simples como às vezes parece. Sobretudo não é tão simples como os jornais, os jornalistas, só numa palavra, a rapaziada dos jornais que eu faço parte costuma escrever.-----

A cultura, na aceção de adquirido intelectual de uma civilização ou de um grupo humano, entrou no nosso vocabulário relativamente tarde. A palavra latina *cultura* designava agricultura. Tínhamos a cultura da batata, da cenoura, da couve, e o resto designávamos por civilidade ou civilização. Vem do alemão *Kultur*, e do francês *culture*, e que chega a Portugal, já no séc. XIX, ou no final do séc. XVIII a palavra cultura com o seu significado atual: desenvolvimento, crescimento e elevação do espírito.-----

Cultura, pois, no sentido de fazer crescer algo dentro de nós, como cresce a batata dentro da terra, e é curioso como a terra, tratada com enxada e arado, atividade com 10 mil anos, que é quanto tem a agricultura, se entrecruza aqui com uma outra atividade ainda mais antiga, que é a da representação do real ou da expressão de um sentimento – que vem do tempo ainda dos caçadores recolectores, como se pode ver nas Grutas de Altamira, Lascaux ou mesmo aqui em Foz Côa.-----

A cultura, abrange, ou abrangia tradicionalmente as artes, as Belas-Artes, com as suas musas desde a cultura greco-romana e com origem na estética, e eram a Dança, o Teatro, a Escultura, a Música, a Pintura e a Literatura, a seis artes tradicionais a que mais tarde se juntou a sétima arte, por isso é que chamamos sétima arte ao cinema, naturalmente, e a que se podem juntar muitas outras, como a fotografia, a arquitetura e ainda mais que resultam da ligação de uma ou mais delas.-----

A cultura baseou-se assim numa vontade de elevação que era fixada por um cânone e daí, as Academias de Belas Artes, as Academias de Letras e as Academias de Pintura é que fixavam esses cânones.-----

No passado a cultura esteve quase sempre ao serviço de alguém poderoso. Fosse da Igreja, na Arte Sacra, como o nosso Grão Vasco, fosse de Príncipes e de Reis, como Haydn que era empregado do príncipe do Império Austro-Húngaro Estherazy; ou Handel que era empregado da corte de Jorge I, que se torna Rei de Inglaterra e o leva do sítio de onde ele vem que era príncipe eleitor de Hanôver, aliás, os dois chegaram-se a zangar, o Handel e o Rei e daí nasceu uma grande obra da música, que é a música aquática, porque ele vai atrás do Rei num passeio do Tamisa, aluga dois barcos e leva uma orquestra a tocar para o Rei, e ficou para a história como música aquática.-----

Ora bem, tem-se sempre ao serviço os nossos Camões na poesia ou Gil Vicente no Teatro escreveram para os nossos reis D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião, e curiosamente o D. Sebastião ouviu ‘Os Lusíadas’, segundo reza a história, e ouviu uma estrofe em concreto que eu vou aqui citar em que se pedia um subsídio. A estrofe, é a estrofe 145, do Canto X que diz assim:-----

----- *Não mais, Musa, não mais que a Lira tenho*-----  
----- *Destemperada e a voz enrouquecida,*-----  
----- *E não do canto, mas de ver que venho*-----  
----- *Cantar a gente surda e endurecida.*-----  
----- *O favor com que mais se acende o engenho*-----  
----- *Não no dá a pátria, não, que está metida*-----  
----- *No gosto da cobiça e na rudeza*-----  
----- *Duma austera, apagada e vil tristeza.*-----

A palavra favor não está aqui por acaso, porque os artistas precisavam de comer, de vestir e de pagar os materiais com que exerciam as suas atividades.-----

Mas, só no final do séc. XVIII a arte se começa a emancipar dos senhores. Mozart foi o primeiro músico, a emancipar-se completamente e a vender obras diretamente a pessoas que lhe pediam, Beethoven seguiu-lhe os passos, curiosamente tanto Mozart como Beethoven foram alunos de Haydn. Os pintores seguem igualmente o caminho da independência, sobretudo, deixam de viver das encomendas das igrejas e das cidades, para começarem a criar livremente. Os escritores, que até então ou eram ricos, como Montaigne, ou eram quase indigentes como Cervantes e muitos outros, também começam a publicar nas tipografias e a tentar vender diretamente ao público, sem intermediação de qualquer instituição ou de qualquer poderoso.-----

É verdade que Shakespeare no séc. XVII já tinha feito uma companhia de teatro independente, mas Londres foi sempre uma exceção nesta matéria.-----

É pois com o advento da Cultura entendida hoje, ou como é hoje, a Arte pela Arte, ou seja a Arte sem ter barreiras, sem donos, nem senhores, apenas sujeita à criatividade individual. É assim que vai nascendo aos poucos. Os célebres anjos negros, que o cantor António Machin (eu não vou cantar) diz nunca terem sido pintados, e como ele diz, embora «también se van al cielo todo los negritos Buenos» (e, a pesar dos “negritos Buenos” irem ao céu ninguém pintava um anjo negro) passou a ser possível, porque dependia inteiramente da vontade e do critério do artista ou do criador.-----

Senhor presidente, minhas senhoras e meus senhores,-----

É, assim, impossível conceber hoje a arte sem liberdade. É certo que ela necessita sobretudo de uma liberdade espiritual e interior, ela não carece de uma democracia.-----

Grandes obras foram feitas em ambientes de repressão ou exílio: Desde Tolstoi ou Dostoievsky, mas também Soljenitsine; Frederico Garcia Llorca ou António Machado, mas também Torga e Aquilino, Joaquin Rodrigo mas também Domingos Bomtempo ou Lopes Graça; ou a autora de Cisnes Selvagens, Juang Chang, o checo Hrabal, Picasso, Aragon, ou Zeca Afonso, que compôs a canção que viria a ser a senha do 25 de Abril e que já foi aqui referido várias vezes.-----

Esta liberdade no entanto também é buscada socialmente, embora ela seja suficiente como liberdade interior para conceber e desenvolver a arte, é também, através da sua ausência,

da ausência da liberdade, propicia a obras notáveis, por exemplo, as *Memórias do Cárcere*, de Camilo Castelo Branco, aquele livro que quem não leu deve ler, porque ele é quase indizível *Se Isto é um Homem* de Primo Levi, que relata o horror dos campos de concentração nazis, devem-se a uma liberdade interior, que é aquela liberdade que ninguém nos pode tirar. Como escreveu Manuel Alegre, que aliás está hoje a ser homenageado pela sua carreira poética e literária, “*Não há machado que corte a raiz ao pensamento*” e Alegre expressa de forma mais simples e direta o pensamento de Voltaire que diz: “*O homem é livre, no momento em que aspira a sê-lo*”.

Bom, este desejo de liberdade, não só vista já como um *acquis* interior é a que faz mover a sociedade na direção da liberdade social, que se realiza, essa sim, na democracia. Soren Kierkegaard, que é um dos pais do existencialismo, dizia com certa pena e cito: “O homem exige a liberdade de expressão como sequência da liberdade de pensar, (coisa que infelizmente depois) raramente utiliza”.

Eu lamento mas concordo em parte com o filósofo.

Pouca gente se interroga sobre a diferença substancial, antagónica, diria, entre liberdade e democracia, de tão habituados que estão a ter as duas como indivisíveis. Mas não há democracia interior ou individual como liberdade, ao contrário da liberdade, não há democracia interior ou democracia individual.

Mais: a democracia é, até necessariamente, uma limitação da liberdade individual, de modo a que a sociabilidade não fique ao critério de cada indivíduo. Popularmente costumamos dizer isto numa frase que é, “a tua liberdade termina onde começa a do outro”. Não sendo a democracia também essencialmente a regra da maioria (a regra da maioria existe entre os chimpanzés por exemplo, também é verdade que eles têm 98% do nosso ADN, portanto também não é estranho), ela é a possibilidade de existirem e de se expressarem com igualdade minorias políticas, minorias culturais, minorias de toda a ordem, religiosas, além permitir que as transições de poder se façam de modo pacífico. A democracia é a regra da convivência livre e civilizada, tal como hoje a vivemos por exemplo nesta sala.

E que tem ela a ver com a cultura?

Muito!

Não se pode obrigar ninguém a ser culto, se esse alguém não quiser ser culto. Mas pela regra acima referida, não se pode impedir ninguém de o ser, se for esse o seu desejo. Ou seja, na democracia exige-se o acesso à cultura. Isto não significa que haja mais ou menos cultura, que haja mais ou menos criatividade do que em situações não democráticas. O que significa é que em democracia o acesso à cultura tem que estar assegurado. O Estado Democrático e os seus agentes que no nosso país fazem parte naturalmente as Câmaras Municipais e outras organizações públicas, devem permitir e incentivar o acesso à cultura. Mais difícil é saberem a que tipo de cultura devem privilegiar o acesso. Eu diria que a toda. Mas o problema é este. Vários autores e críticos da área cultural, e falo de George Steiner, de Umberto Eco, de Mário Vargas Llosa, de Harold Bloom, Dietrich Scwanitz ou Jacques Barzun – dizem que estamos no limite de uma civilização, e como é que a gente vê em história que está no limite de uma civilização (o que em si pode ser bom ou mau, depende depois das perspetivas), é quando a arte deixa de aspirar ao Belo e ao Sublime e passa a ser chocante e, por vezes até nojenta (nojenta é uma tradução má, talvez da palavra ‘*desgusting*’).

No entanto, o Estado também não pode ter uma política de gosto, é impossível nós vivermos num Estado que tem uma política de gosto, (aquilo é bom, aquilo é mau, aquilo não sei o quê) embora, haja as tentações nomeadamente dos Ministérios da Cultura, de muitas vezes ter uma política de gosto, dizer: Aquele sim, aquele não, aquele pode ser. Mas não pode ter. Não pode ter.

Nem a democracia em si, não tem símbolos nem cânones, não pode ter também, para impor aos artistas, para dizer desenha assim, como a igreja tinha por exemplo não é?

Havia o S. João, o S. João Batista neste caso tinha que ter sempre dois dedos e um cordeiro, o S. João o Evangelista tinha que ter uma águia, o S. Pedro tinha que ter uma chave, quer dizer, havia cânone que dizia, senão não era, e o S. Pedro tinha uma cadeira não era? Que é a cadeira de S. Pedro, e tudo isso, e o estado não tem esse tipo de cânones, e portanto, o que é que isto significa? Que o Estado não deve haver subsídios às artes? A pergunta é muito traiçoeira, até porque algumas artes não podem existir, a Ópera por exemplo, não consegue sobreviver sem mecenas ou dinheiro estatal. Quanto mais récitas de Ópera mais prejuízo. Por isso, eu penso que como em tudo, há que ter bom senso. Nem subsidiar a torto e a direito, nem recusar em qualquer caso subsídios.-----

O António Machado que é um grande poeta da geração de ouro espanhola escreveu com muita propriedade a seguinte quadra, e desculpem eu dizer em espanhol, mas foi em espanhol que ele a escreveu: -----

----- Es el mejor de los Buenos-----  
----- Quien sabe que en esta vida-----  
----- Todo es cuestión de medida-----  
----- Un poco más, algo menos-----

Eu penso que tem muita propriedade porque, não podemos, nem defender que toda a cultura tem que ser subsidiada e que e todo o acesso tem que ser subsidiado, nem defender o contrário. Pelo contrário, tem que haver acesso à cultura, e tem que haver acesso à cultura, propiciado pelo próprio Estado e por empresas e por organismos e por instituições a que o Estado e os seus representantes, os Autarcas vão também tentando convencer, e isso é bom, por vários motivos, e numa coisa nos pomos todos de acordo, é sobre o património: O património é a cultura que resistiu à prova do tempo. Ora bem, o património tem de ser socialmente defendido, porque não pode ser defendido de outra maneira, ninguém pode defender o património sozinho. E quem melhor para a defender do que aqueles que herdaram esse património, que fomos nós. Eu Já falei deste conjunto monumental que é o centro de Viseu e poderia enumerar diversos monumentos – desde os quase destruídos aos maravilhosamente conservados – que merecem atenção, intervenção e defesa da sua qualidade intrínseca por parte do Estado.

A cultura e a democracia que no fundo foi aquilo de que me pediram para falar, juntam-se assim, de diversas formas, eu diria em quatro formas:-----

1 - Na civilidade que teremos de ter uns para com os outros. Não esquecer que a palavra define também a cultura de cada um;-----

2 - No direito de acesso dos cidadãos à fruição dos bens culturais;-----

3 - No apoio que o Estado, diretamente ou através da angariação de mecenas, deve dar a determinadas artes, de acordo com critérios transparentes e de bom senso; e jamais por ter uma política de gosto;-----

4 - Na defesa intransigente do património cultural, material e imaterial que as democracias e os seus agentes – Estado, associações, empresas devem levar a cabo.-----

Senhor Presidente,-----

Muito mais haveria a dizer. Do património imaterial; da arte popular, seja imaterial, como nas canções e tradições, ou não – como por exemplo os canastros para guardar cereais (que ali em Pendilhe há lá um conjunto magnífico). Do Património religioso, como esta Sé aqui ao lado ou o Santuário da Lapa, que era a maior peregrinação do país antes de Fátima. Da arte contemporânea, com a qual as instituições públicas e privadas devem contar também para o embelezamento e vivência dos seus edifícios, das suas ruas, das suas praças.-----

Recordemos – os que podem, porque são apenas os mais velhos – o país cinzento que éramos. A cidade provinciana e atrasada que tínhamos há 42 anos. Olhemos para a realidade e nada tem a ver. É certo que se fez o saneamento básico, a rede elétrica, as autoestradas e outras infraestruturas que com mais ou menos esforço e até às vezes com mais ou menos seriedade, foram feitas por todo o lado. Mas é, essencialmente do meu



ponto de vista, na fruição cultural – não porque tenham surgido assim tantos criadores extraordinários, embora tenhamos tido um Prémio Nobel da Literatura, e dois Pritzkers na Arquitetura, só para citar os mais importantes – não tanto pelos nomes que surgiram dizia, em todas as artes, mas pela consciência que ganhámos da importância da cultura na nossa vida comum.-----

É uma cultura que faz uma cidade, uma região, um país. Palavras simples, como Bem Hajam, indicam que são da nossa gente; paisagens onde as fragas se destacam, como nas terras do Demo, ou as vinhas das margens do Dão são da nossa terra. E é esta terra e outras terras como esta, com culturas semelhantes e diferentes que formam um país como países com culturas próximas formaram a Europa. A cultura é, por definição universal. A música, a pintura, a literatura e todas as outras expressões, realizam-se de forma mais elevada se forem sentidas ou compreendidas por todos os povos. Mas há um pequeno espaço de onde saíram sempre. Da nossa vivência, da vivência do autor, da cidade do autor, da nossa cidade, da nossa terra, da terra do autor. Não é por acaso que Aquilino Ribeiro representa o espírito da Beira nos seus escritos de uma forma diferente de qualquer outro que não seja da Beira.-----

Levar as pessoas, também pelo Ensino e pela Educação, nas também pelos debates e pelos jornais e pela televisão, enfim pelos meios cada vez maiores e mais extraordinários que temos à nossa disposição, a compreender esta grandiosidade que advém da nossa rua, do nosso bairro, da nossa terra, é também o dever da democracia. É o ponto onde ela se encontra com a cultura. É o ponto onde se exalta a diferença respeitando-a; onde se olha o novo, cuidando também daquilo que é velho e nos foi legado; onde se une e onde se harmoniza o que anda disperso e perdido.-----

A junção de cultura e democracia é, voltando ao princípio, a civilização. A cultura da cidade e a cultura do mundo. Ambas têm em comum o quê? A liberdade, sem Liberdade nenhuma delas vivem. E sem Liberdade penso eu, nenhum de nós já sabe viver.-----

Viva a Liberdade!-----

Viva o 25 de Abril!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dr. Henrique Monteiro, muito obrigado por esta notável conferência, direi mais, por esta lição que nos deu sobre a importância da cultura para o desenvolvimento e a modernização e também para a qualidade da democracia. Para nós foi um grande privilégio termos assistido a esta conferência e por isso, o nosso também bem-haja Beirão. Obrigado.-----

Tem a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Dr. Almeida Henriques.-----

----- **OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU:**-----

Bom dia a todas e a todos. Queria naturalmente começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, meu estimado amigo Dr. Mota Faria, e permita-me que o felicite pela continuidade desta boa tradição, que gostava de recordar aqui, que enfim, algumas pessoas que entusiasticamente o fizeram, designadamente o Dr. Sarmento Moniz, o Victor Boga, o nosso saudoso Eng.º Coelho de Araújo, foram pessoas que ao longo destes 42 anos mantiveram sempre viva esta chama e portanto, queria saudá-lo pelo facto de manter estas comemorações, e desta feita, aqui neste Museu Nacional Grão Vasco, e portanto, saudá-lo por isso. Saudar também o meu Vice-Presidente e as Senhoras e os Senhores Vereadores presentes, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, as senhoras e os Senhores Membros da Assembleia Municipal, uma saudação muito especial para o meu amigo Agostinho Ribeiro anfitrião, e neste ano especial do Centenário do Museu Nacional Grão Vasco, cumprimentá-lo e dizer-lhe o quanto apreciamos o trabalho que tem vindo a desenvolver, cumprimentar também o meu amigo Dr. Henrique Monteiro e dizer de facto, que bela intervenção de um beirão, ficou aqui bem patente essa costela que não o abandona, e portanto, saudá-lo por o belo momento que nos trouxe hoje aqui nesta Sessão Evocativa do 25 de Abril. Uma saudação também muito especial aos Capitães de Abril, saudar aqui o Tenente Geral Amaral e o Coronel Costeira que nos acompanham,



e é sempre muito gostoso ter os Capitães de Abril presentes nesta comemoração, saúdo também o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, o Senhor Comandante das GNR, o Senhor Comandante da PSP e o Senhor Comandante da Proteção Civil, saúdo todas e todos os que, enfim, os representantes das várias instituições, queria também fazer aqui uma saudação especial aos dirigentes dos núcleos de Viseu, da Associação 25 de Abril e também da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e permitam-me que na pessoa de dois cidadãos que estão aqui connosco, saude todas as cidadãs e todos os cidadãos de Viseu, e na pessoa do Dr. Manuel Sá Correia e na pessoa da Dr. Maria José, queria nas vossas pessoas, saudar todas as cidadãs e todos os cidadãos de Viseu.-----

Caras e caros amigos,-----  
Saúdo “a todas e a todos” nestas Comemorações. Comemorações feitas em nome de uma conquista singular e viva, a conquista da Liberdade e também da democracia.-----  
Conquista porém que não pode ser cristalizada na história ou refém de rituais.-----  
Conquista que não é um dado adquirido, mas dinâmico, que todos os dias está em jogo, em movimentos de perda ou de ganho, de avanço ou também de recuo.-----  
Essa consciência e prática política da democracia no dia-a-dia são o melhor tributo aos atores de Abril.-----

Atores também reais, de carne e osso, alguns dos quais de Viseu.-----  
Há 42 anos, na noite de 24 de Abril e na madrugada do dia 25, homens e mulheres superaram-se para que hoje possamos ser cidadãos plenos.-----  
Homens e mulheres romperam medos, pessoais e coletivos, abdicando de privilégios. Foi assim no país, e foi assim também aqui na nossa Cidade de Viseu.-----  
Entre esses homens estiveram os cinco Capitães de Abril do Regimento de Infantaria de Viseu:-----

Gertrudes da Silva, Arnaldo Costeira, Aprígio Ramalho, António Ferreira do Amaral e Amândio Augusto.-----

Também hoje aqui renovamos o nosso reconhecimento e destacamos o seu exemplo de amor ao país.-----

Caros e caros concidadãos,-----  
Caros Viseenses,-----

A evocação desta data não será mais do que o cumprimento formal de uma efeméride se não for acompanhada de políticas e gestos de deem hoje sentido popular e real à Revolução dos Cravos.-----

Como tão bem exprimiu Francisco Sá Carneiro, “a pessoa é a medida e o fim de toda a atividade humana. E a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização. Essa é a nova regra, o novo início, a nova meta.”-----

A Política ao serviço da realização da pessoa humana: Abril terá esse sentido, mas não se estiver preso à história.-----

Terá esse sentido se for vivido hoje num plano real e concreto de cidadania plena, de autodeterminação coletiva e de desenvolvimento humano e solidário da nossa comunidade. Essa é uma responsabilidade que nos cabe a todos interpretar e exercer, com sentido reformista, positivo e ao mesmo tempo construtivo.-----

Como há cem anos a instituição do Museu Grão Vasco – hoje Museu Nacional – respondeu a um repto da política descentralizadora da República, espera-se também hoje dos poderes do regime medidas nobres e concretas. Esquecemos que de facto foi na altura também um tributo da República.-----

Medidas nobres e concretas que respondam aos desígnios de desenvolvimento social e económico, de coesão nacional e de democratização dos bens públicos, a pensar nas realizações particulares.-----

Em Viseu, elejo como símbolo da nossa democracia progressista e popular as 1500 crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico que desde o início deste ano letivo têm, na sua

escola, formação musical e contacto com um instrumento musical.-----  
É uma importante conquista da democratização do ensino da música, no âmbito do nosso programa municipal Viseu Educa, que não podemos deixar perder-se. Pelo contrário.-----  
Com o investimento que estamos a fazer no equipamento musical das nossas escolas, acredito que a partir do próximo ano letivo serão já 3500 as crianças de Viseu a beneficiar da medida, sendo que, contamos num curto espaço de tempo que todos os jovens que terminem o 9º ano de escolaridade possam aprender um instrumento musical.-----  
Este investimento na educação das nossas crianças é uma semente real e efetiva de democracia, liberdade e progresso.-----  
Também o novo ciclo que abrimos no desenvolvimento económico do concelho, com a atração de importantes investimentos empresariais, é uma semente de cidadania.-----  
Porque não pode haver democracia sem emprego, nem liberdade sem autodeterminação económica.-----  
A criação do novo Centro Tecnológico da IBM em Viseu confirma o despertar económico de Viseu e soma-se a vários outros investimentos empresariais qualificados: novos ou em já radicados ou mesmo em fase de expansão.-----  
Acreditamos que esta unidade tecnológica, que por si só criará 120 empregos qualificados, sinaliza Viseu como destino de investimento e abrirá outras portas no futuro.-----  
Viseu não quer ser, não pode ser um “concelho-donuts”, um concelho que não fixa empresas e empregos e os expulsa para as periferias ou para o litoral, comprometendo as oportunidades de realização económica da nossa comunidade.-----  
A agenda económica municipal e o programa Viseu Investe são por isso, também, uma semente de democracia local.-----  
A democracia e o desenvolvimento terão de ser primos-irmãos, roldanas do mesmo mecanismo.-----  
Por essa mesma razão, e um tema que aqui hoje já foi falado, abraçámos também a causa da natalidade e do apoio às famílias com filhos.-----  
Deveria ser uma causa nacional, e uma preocupação nacional neste momento, mas ainda o não é, e de facto não bastam palavras, é preciso práticas que efetivamente permitam responder a esta situação de verdadeira emergência.-----  
Em contrapartida, é conscientemente uma prioridade do Município de Viseu neste novo ciclo autárquico.-----  
Um ano depois da sua apresentação, 15 das 20 medidas do “Pacote Pró-Natalidade e de Apoio às Famílias Numerosas” do Município estão já implantadas no terreno.-----  
Estas medidas têm tradução em diferentes áreas relevantes da política municipal, como sejam a fiscalidade, os preços de água e transportes, o acesso à habitação, ao desporto e à cultura, e a criação também de serviços de assistência domiciliária. São tudo matérias que se podem personalizar no Kit Escolar que pela primeira vez no ano passado distribuimos a todas as crianças do 1º ciclo do ensino básico, desonerando as famílias do esforço do regresso às aulas.-----  
Fomos também o primeiro município do país a assumir a decisão de aplicar o IMI familiar, ajudando a criar uma onda positiva no país para a generalização desta medida. Adotámo-la o ano passado beneficiando quase 5000 famílias com 2 e 3 filhos.-----  
Infelizmente a revisão em baixa e as alterações dos Governos nem sempre permitem continuidade nas políticas e esta medida que já foi implantada pela primeira vez este ano, já está a ser recuada no âmbito do atual Governo.-----  
O Poder Central faz recuar, por motivos puramente ideológicos, os benefícios de uma medida positiva, ainda por cima praticada à custa do município.-----  
As medidas em falta do nosso 1ºpacote serão também implementadas ainda em 2016, antecipando assim em 3 anos a meta definida.-----  
Em particular será disponibilizado pela empresa municipal de habitação social um serviço domiciliário para as pequenas reparações domésticas, dirigido a famílias numerosas e



também a famílias de baixos rendimentos.-----  
Acreditamos que estaremos não apenas a dar melhor qualidade de vida a quem mais precisa, como a transmitir uma mensagem de confiança e de segurança às famílias e aos filhos.-----  
Em matéria de política fiscal, pretendemos adotar em sede da reforma das taxas municipais descontos nos impostos de urbanismo e habitação para famílias com 3 ou mais filhos. É hoje um imperativo colocar a natalidade no centro das políticas em Portugal. Disso dependerá a nossa soberania enquanto povo e a nossa sustentabilidade enquanto Estado. O Município de Viseu procura aqui também estar na primeira linha das medidas nesta área.-----  
Caras e caros concidadãos,-----  
Caros Viseenses,-----  
Infelizmente e custa dizer isto mas é verdade, não vemos a nível do Estado Central a mesma visão, o mesmo compromisso, a mesma determinação.-----  
O desleixo, o desprezo ou o silêncio com que as aspirações fundamentais da nossa cidade-região são tratadas pelo Governo Central, revelam uma doença do espírito progressista e popular de Abril.-----  
São exemplo do objeto desse silêncio, ambiguidade e desleixo atuais as legítimas aspirações da Unidade de Radioterapia em Viseu e da construção da “Via dos Duques”, metidas na gaveta à pressa, sem respeito nem diálogo democrático, muitas vezes só por razões puramente ideológicas.-----  
O mesmo tratamento recebeu o compromisso de requalificação da ligação de Viseu ao Satão, fundamental para a mobilidade regional mas também para a nossa conectividade económica. Compromisso este aparentemente riscado ou esquecido. Mas não só.-----  
Também a ambiguidade, a duplicidade e a sobrançeria que recusa o diálogo e a força da razão se abateram sobre importantes dossiês como a rede ferroviária nacional e de conectividade internacional.-----  
Prometeu-se quase tudo a todos, mas sempre coisas diferentes e com os mesmos milhões.---  
Debaixo de um nubloso e contraditório manto de decisões, percebemos que as opções que importam ao país exportador, ao Centro-Norte do país, ficarão uma vez mais à espera de Godot.-----  
Não são apenas as aspirações da região que se veem adiadas como fica também cunhado o aprofundamento das gritantes assimetrias regionais que nos definem, também enquanto país. Também a Política e o Poder Central caem uma vez mais em descrédito, ajudando a corroer a confiança dos cidadãos nas instituições, e no caso concreto, desperdiçando aqui um ciclo comunitário que deveria ser bem aproveitado.-----  
Caras e caros concidadãos,-----  
Caros Viseenses,-----  
Não faz sentido falar da renovação de Abril sem responder aos problemas e aos desafios do nosso tempo.-----  
Regionalizar o modelo de governação e de organização do Estado é um desses desafios! Tão necessário quanto o de dar força à democracia popular e também às economias regionais. Regionalizar tornou-se, por isso, um imperativo democrático.-----  
A regionalização e a territorialização das políticas públicas é um passo inscrito, mas por concretizar, na Constituição da República Portuguesa.-----  
É um passo indispensável à renovação da democracia representativa, à aproximação efetiva dos eleitos aos eleitores, e um avanço na promoção de uma verdadeira política de desenvolvimento territorial do país. Um modelo de representação e de participação territorial mais eficaz precisa-se efetivamente em Portugal. Um Modelo que aproxime as políticas estruturantes do país real e das suas dinâmicas económicas, sociais e culturais.---  
Meu caro Presidente da Assembleia Municipal,-----  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

Quero concluir com uma referência à importante semente de democratização que estamos a plantar no concelho através do Orçamento Participativo.-----  
Hoje, celebramos as conquistas da democracia e do exercício autodeterminado da cidadania no nosso país. O melhor tributo que podemos conferir a essas conquistas é, na nossa escala de responsabilidade, promovermos o aprofundamento real da democracia e do exercício de uma cidadania plena, mais responsável e também ao mesmo tempo mais participativa.-----

Na governação local que nos está confiada, procuramos sempre ir ao encontro daquilo que é o sentido das populações e adotámos um novo modelo de governação numa cultura de participação aberta e de escrutínio permanente.-----

Cumprimos escrupulosamente o direito do estatuto da Oposição, como generalizámos também a prática de consultas públicas organizadas relativas às políticas concelhias.-----

Não nos limitámos a lançar o 1º Orçamento Participativo do concelho e da região, como fomos capazes de o aprofundar e estender a todo o território e de executar de forma pronta as deliberações populares.-----

Neste mês de Abril foram inauguradas as obras do 1º projeto vencedor do Orçamento Participativo de Viseu, no Bairro Municipal, o nosso “Bairro da Cadeia”.-----

A reabilitação de 8 habitações dos moradores mais idosos do bairro é uma obra feliz na história deste património da cidade-jardim, mas é também uma obra feliz para a democracia local. Ali se honrou a vontade da comunidade que propôs e elegeu este projeto. Assim, não é apenas o Bairro que se revitaliza, como a natureza profunda da própria democracia local. Ao mesmo tempo, contratualizámos a execução dos 7 projetos vencedores do 2º Orçamento Participativo, seguindo o bom princípio da subsidiariedade, numa lógica de descentralização e proximidade, através das Freguesias e de Associações Locais. Com a assinatura destes acordos de cooperação honramos 18 mil 127 votos populares e ainda os mais de 800 cidadãos que apresentaram 202 propostas e as debateram e trabalharam coletivamente em assembleias participativas.-----

O compromisso com a comunidade e a proximidade da decisão tem de ser uma marca indelével da governação local e da qualidade da democracia. Pensamos que com estes caminhos estamos a contribuir para um reforço da democracia e da participação, e fazemos desta nossa convicção uma prática de todos os dias e no Orçamento Participativo temos o seu instrumento de pedagogia e aprendizagem coletiva.-----

O 3º Orçamento Participativo que agora começa, será apresentado dentro de dias, será também o 1º Orçamento Participativo Jovem e Escolar do concelho e da região. Terá um orçamento disponível de 250 mil euros, valor que o torna o maior Orçamento Participativo Jovem e Escolar do país e queremos assim levar ainda mais longe a semente da cultura participativa e de cidadania exatamente às camadas mais jovens. Neste caso, aos nossos jovens do Ensino Secundário e também aos nossos jovens do Ensino Superior.--

Acreditamos que o Orçamento Participativo será um dos melhores instrumentos de formação democrática e de cidadania participativa como efeito difusor nas famílias e em toda a comunidade. Fazer das escolas uma escola de cultura democrática e de cidadania responsável é um bom desígnio, com a consciência de que estamos a formar os cidadãos de amanhã e sobretudo a levar os mais jovens a uma participação mais ativa na vida da sua polis. Os projetos serão escolares, mas a decisão caberá a toda a comunidade, a todos os cidadãos e amigos de Viseu, numa votação universal. Portanto, a democracia participativa e a formação da cidadania responsável são de facto uma marca deste ciclo autárquico em Viseu, mas são também uma semente para um Abril com mais sentido na região e no país. Por último, gostava de me referir também à questão da transparência, fundamental nos dias que correm mais do que nunca, os que desde o Poder Autárquico até ao Poder Nacional, apostamos exatamente numa ligação de transparência face aos nossos cidadãos e vários procedimentos foram adotados neste novo ciclo, desde hoje em dia todas as deliberações da autarquia são colocadas e disponíveis para qualquer cidadão saber a onde



é que é aplicado o seu dinheiro, e com algum orgulho digo: O facto de termos subido 80 lugares no Ranking Nacional da Transparência, o que dentro de um percurso que estamos a seguir, pensamos que estamos também desta maneira a dar um bom contributo, porque aqueles que, enfim, os cidadãos têm também o direito de saber em cada momento, porque é que determinadas decisões são tomadas e com que sentido. Portanto, queria terminar a minha intervenção, mais uma vez realçando o espaço onde nos encontramos, o significado que tem fazer aqui esta Sessão Comemorativa dos 42 anos do 25 de Abril, e também o significado do convite ao Dr. Henrique Monteiro, é muito bom ter aqui alguém que é também para nós uma referência do ponto de vista dos seus escritos, um bom pensador e alguém que nos trouxe hoje aqui um momento sublime. Uma última palavra exatamente para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o saudar, e mais uma vez o incentivar a continuar este desígnio, de colocar esta Órgão de uma forma aberta também ao serviço desta renovação constante que a democracia exige, e efetivamente o Poder Local, é do meu ponto de vista um dos grandes exemplos de uma das maiores conquistas, direi mesmo do 25 de Abril, e portanto, num ano em que se comemoram os 40 anos também do Poder Local, exatamente em dezembro deste ano, é bom que ele também se vá renovando e vá procurando ele próprio ser um exemplo para o Estado Central do ponto de vista do exercício da cidadania.-----

Bem haja a todos.-----

Muito obrigado.-----

----- **OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU:**

Excelentíssimos Senhores Capitães de Abril, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Digníssima Mesa, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, um cumprimento ao Senhor Diretor do Museu e ao nosso Conferencista o Dr. Henrique Monteiro, Autoridades Cívicas e Militares, Ex-autarcas, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Celebramos hoje um dos dias mais marcantes da História recente de Portugal - o Dia da Liberdade. Dia, em que homenageamos todos os que contribuíram para o derrube de um regime autoritário e restituíram a voz ao País restabelecendo as liberdades fundamentais. Aos militares de Abril e a todas as personalidades e organizações políticas que se bateram para que esse dia fosse possível, a nossa gratidão.-----

Portugal mudou profundamente nestes 42 anos.-----

A Revolução dos Cravos mesmo considerando as vicissitudes conhecidas, foi um sucesso.---

Os Portugueses vivem hoje melhor, do que viviam em Abril de 1974.-----

Mas será que está tudo Bem?-----

É óbvio que não.-----

As desigualdades, nas suas diversas dimensões, não se atenuaram como esperávamos e nalguns casos agravaram-se de um modo inaceitável.-----

A redução das desigualdades, assente na dignificação da pessoa humana, na justiça e solidariedade social, deve ser uma prioridade de todos, Estado, Sociedade e Cidadãos.-----

O combate pela igualdade, contra a pobreza e a exclusão social não se deve limitar à melhoria do sistema de proteção social.-----

Na luta contra as desigualdades, o combate à corrupção, à fraude e à evasão fiscal é crucial para permitir uma melhor distribuição da riqueza do País, mas também por respeito a todos os portugueses que cumprem as suas obrigações fiscais e que fizeram também sacrifícios em prol do País.-----

E, neste combate, a sociedade deve ser mais exigente, exigir ações e não proclamações, exigir medidas concretas e não intenções.-----

Exigir de uma vez por todas a aprovação de legislação sobre a criminalização do enriquecimento ilícito ou injustificado dos titulares de cargos políticos e a responsabilização civil e criminal dos que assumam compromissos ruinosos para o Interesse Público em proveito próprio ou de terceiros.-----

**Exigir que o combate à corrupção seja um desígnio Nacional.-----**  
**A corrupção, todos sabemos, é um dos problemas principais hoje das Sociedades Modernas e por isso, ela deve ser dissuadida pela Sociedade, punida pelas leis e também repudiada pela opinião pública.-----**  
**O combate sem tréguas à corrupção é para todos uma obrigação ética e de cidadania.-----**  
**Exigir que no âmbito das contas *offshore* dos Paraísos Fiscais, independentemente das medidas externas, a nível interno se reduza e controle a situação.-----**  
**Precisamos de um Sistema Judicial e Fiscal mais eficiente, que controle “certas mais-valias”, que justificam algumas contas *offshore*, como nos tempos dos corsários que saqueavam os mares e depositavam a pilhagem *off – shore* (fora da costa).-----**  
**Não devemos pactuar com esta situação, criando amnistias fiscais e premiando com taxas reduzidas e também anonimato, o regresso desses capitais, é uma contradição que não devemos permitir.-----**  
**Minhas Senhoras e meus Senhores.-----**  
**Ao longo destes 42 anos conciliámos ciclos distributivos com ciclos de contenção, com naturalidade sem questionarmos se este é o rumo mais acertado para o País.-----**  
**Que País se pode desenvolver, estando sempre a reverter, a recomeçar, a reencontrar-se, a redefinir novas estratégias e novos objetivos, como se tudo o que foi feito anteriormente esteja mal.-----**  
**Que sinais damos aos nossos concidadãos, aos nossos credores, aos potenciais investidores e parceiros.-----**  
**Achamos normais estes ciclos de “apertar” e “desapertar o cinto”, de exaustivos diagnósticos e profundas reflexões com soluções propostas e sempre adiadas, oscilando a prioridade conforme se está no poder ou se está na oposição.-----**  
**Será tudo isto normal num País?-----**  
**É óbvio que não e, por isso, estará aqui alguma da justificação para os resgates financeiros que já tivemos.-----**  
**E, todos sabemos, que os erros das governações, as facilidades, mais cedo ou mais tarde são apresentados com um preçário de sacrifícios muito doloroso.-----**  
**As razões desta situação são múltiplas, mas a sociedade civil tem também a sua quota-parte de responsabilidade. A sociedade civil precisa de ser mais exigente, mais escrutinadora.-----**  
**Os cidadãos não devem demitir-se de participar e intervir politicamente e serem mais exigentes com o poder e mais críticos.-----**  
**Uma sociedade mais exigente que não pactue com maus exemplos e péssimas referências.--**  
**Precisamos de uma cultura do exemplo. Como referia num discurso em 2009, que continua, penso eu, atual nos dias de hoje, um grande português, o Dr. António Barreto e passo a citar:-----**  
**Os Portugueses precisam mais de exemplos do que de lições de moral, sermões, declarações solenes e discursos pomposos. Precisam de exemplo, dos seus maiores e dos seus melhores, dos que têm mais responsabilidades.-----**  
**Dê-se o exemplo de um poder firme, mas flexível, e a democracia melhorará.-----**  
**Dê-se exemplo de honestidade e verdade, e a corrupção diminuirá.-----**  
**Dê-se o exemplo de tratamento humano e justo e a crispação reduzir-se-á.-----**  
**Dê-se o exemplo de trabalho, de poupança e de investimento e a economia sentirá os seus efeitos.-----**  
**O exemplo é cada vez mais decisivo.-----**  
**O Bom exemplo pode ser a chave para o esforço de recuperação do País.-----**  
**Mas, é preciso também dignificar o Estado, prestigiar as instituições, credibilizar a política e os cidadãos que de uma forma nobre e com elevado espírito de missão e de serviço, se dedicam ou querem vir a participar no governo da coisa pública.-----**

Como refere o Dr. Mário Soares é preciso (...) fazer uma pedagogia do serviço público que é uma honra para quem o pratica de uma maneira séria e honrada (...) fim de citação.-----  
A gestão da coisa pública é nobre e digna e a melhoria da qualidade do sistema democrático passa também por ter uma classe política qualificada.-----  
Minhas Senhoras e meus Senhores.-----  
Nunca nos devemos resignar ou conformar.-----  
Como referia o Dr. Jorge Sampaio, e passo a citar, novamente no 25 de Abril, "é na democracia, no que é e no que representa, que se acha a energia coletiva, que dá a determinação, lucidez e alento para fazer o que é preciso ser feito". E, o que deve ser feito são as Reformas Estruturais que o País precisa, com base em consensos sociais amplos na Sociedade Portuguesa, que permitam políticas que sejam estáveis e duradouras, em áreas essenciais para o nosso futuro coletivo, como é o caso da promoção da natalidade (que aqui já foi referida) o reforço do papel da família e da solidariedade entre gerações; a sustentabilidade financeira da segurança social e do serviço Nacional de Saúde; a estabilidade do sistema educativo; a melhoria da eficiência nos sistemas de justiça e fiscal; e o consenso nas grandes infraestruturas, entre outras.-----  
Consenso que sejam verdadeiros, sólidos e duradouros, assumidos como compromissos de regime perante os portugueses.-----  
Mas, a Reforma do Estado e da Administração Pública seria talvez uma das áreas em que se deveria realizar um verdadeiro consenso de regime prévio à discussão de outras áreas também essenciais e urgentes.-----  
Redimensionar o Estado e discutir o seu papel, redefinindo as suas funções é essencial.-----  
E, uma pergunta simples. Que Estado queremos e poderemos ter?-----  
É a grande questão para haver uma discussão que seja aberta, construtiva e sem dogmas. A redução do Peso do Estado, com um Parlamento mais pequeno (menos deputados), com Ministérios menos pesados e a abolição de tantas Entidades que ainda permanecem e que são inúteis, e diminuição de cargos, também incluindo a redução do Estado paralelo, o combate ao desperdício, ao despesismo e à ineficiência, não é a defesa de um Estado Mínimo, é sim, a defesa da sustentabilidade de um Estado que cuide do bem-estar, o Estado Social, e promova também o desenvolvimento.-----  
Precisamos de um Estado forte, bem gerido que cumpra com eficiência todas as funções, mas também uma Administração Pública que seja isenta, moderna e eficiente ao serviço da Sociedade, apostando cada vez mais numa gestão profissionalizada e altamente qualificada.-----  
Nenhum País progride sem um Aparelho de Estado eficiente.-----  
Em relação aos chamados lugares de nomeação política tem de ser encontrada uma fórmula, que permita definir aquilo que são os lugares de estrita confiança política rotativos com as mudanças de ciclo político e outros, cujos mandatos se devem manter, independentemente das mudanças políticas.-----  
Minhas Senhoras e meus senhores.-----  
Passados 42 anos de Abril continuar a lutar por uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária e responsável e transmitir também os valores e os ideais de Abril às gerações mais novas é a melhor forma de comemorar Abril e homenagear todos os que nos deram a liberdade. Mas, numa Sociedade Solidária cada geração deve assumir a responsabilidade que lhe cabe com a geração que a antecedeu e para com aquela que lhe segue.-----  
Mas, a justiça geracional não pode assentar em desequilíbrios entre gerações, em que os proclamados direitos adquiridos de uma geração tornem mais difícil, ou mesmo inviabilizem o futuro de outra geração.-----  
É nossa obrigação preparar o futuro das novas gerações.-----  
Deve ser uma prioridade da sociedade a criação de condições para que os jovens tenham oportunidades de emprego, se realizem profissionalmente.-----



Não podemos desperdiçar a força e a energia de uma geração talvez a mais qualificada de sempre. O seu contributo é indispensável para o nosso futuro coletivo.-----  
Mas, devemos assumir também um compromisso geracional na despesa pública, os recursos naturais não renováveis, (o ambiente a paisagem e o património histórico-cultural) devem ser transmitidos em boas condições.-----  
Temos todos que ser dignos de reconhecimento de uma memória futura.-----  
Em Abril de 1974 viveram-se sonhos e utopias.-----  
A liberdade, a fraternidade e a democracia uniu os Portugueses.-----  
A esperança numa sociedade melhor, com igualdade de oportunidades tornou os Portugueses mais felizes.-----  
Passados 42 anos de Abril. A mudança estrutural da economia e da Sociedade Portuguesa é essencial para a construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades e para transformar Portugal num País, que seja livre, próspero, respeitado e também com futuro.-----  
Como referiu o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, atual Presidente da República, não interessa o poder só pelo poder, interessa o poder ao serviço de uma ideia, de Portugal.---  
Temos que voltar a sonhar.-----  
Temos que criar novos desafios.-----  
Acreditar no nosso futuro coletivo.-----  
Porque vamos conseguir.-----  
Termino, com uma palavra de confiança e uma palavra de esperança nos ideais de Abril.--  
VIVA PORTUGAL.-----  
(Seguiu-se o Hino Nacional) -----  
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Está terminada a sessão.  
Agradecemos a presença de todos e convidamos em nome do senhor Presidente da Câmara a irmos para um convívio nestes claustros do Museu.-----  
Obrigado a todos.-----  
O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão quando eram 12 horas e 34 minutos e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
(José Manuel Henriques Mota Faria)